

**EXMO. DR. SR. RELATOR DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Processo nº 1.077.262 - Representação

TRATORENZZO COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP e RONALDO CORDEIRO SOARES, já qualificados no processo em epígrafe, vêm, respeitosamente, **APRESENTAR ESCLARECIMENTOS e IMPUGNAR A REPRESENTAÇÃO E ADITAMENTO APRESENTADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO**, demonstrando a inexistência de quaisquer indícios de irregularidade nos fatos narrados, nos seguintes termos:

1 – DOS FATOS

Primeiramente, e para elucidar e esclarecer várias questões (e até lacunas e contradições existentes na narrativa da representação ora respondida), destacam-se relevantes e verdadeiros aspectos sobre **1) A empresa Tratorenzzo e Ronaldo, 2) Sobre os inquéritos civis, com o mesmo objeto, já arquivados pelo próprio Ministério Público e 3) As especificidades técnicas das licitações envolvendo venda de peças automotivas** (que possuem uma “tabela” unificada, oriunda das fábricas, em cima das quais são concedidos descontos pelos licitantes).

Por tais esclarecimentos, é possível verificar que a narrativa fática apresentada pelo Parquet não condiz com a realidade dos fatos.

Posteriormente, versa-se sobre as questões de mérito e de direito, que culminarão na integral rejeição desta lamentável e inconsistente

representação, demonstrando-se a improcedência das alegações contidas na peça acusatória, e de suas teses de direito.

1.1 – SOBRE A TRATORENZZO COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP E RONALDO CORDEIRO SOARES

A TRATORENZZO é uma empresa sólida que atua com o comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores constituída há mais de 20 (vinte) anos, que tem a mesma sede e os mesmos sócios, dentre eles o representado RONALDO CORDEIRO SOARES, por praticamente toda sua existência.

Ao contrário do que consta na fantasiosa narrativa apresentada pelo Ministério Público, a referida empresa e seu sócio ora representado são sérios e idôneos. Lamentavelmente, e considerando a acirrada concorrência existente no setor (contrariamente ao que alega o MP), a empresa está sendo alvo de inúmeras denúncias anônimas infundadas, que podem ser originadas de concorrentes, o que apenas prova a concorrência ampla e acirrada, que chega a ser desleal (o que, por si só, já desmonta a fantasiosa tese ministerial de existência de “cartel”).

Por ser uma empresa de longa data, a TRATORENZZO conquistou posição de destaque em seu nicho de mercado, entretanto, tal posição não significa a adoção de práticas abusivas ou fraudulentas em licitações públicas, muito pelo contrário: a empresa apenas se manteve por todos esses anos com extrema responsabilidade, ética e boas práticas.

Destaca-se que a TRATORENZZO e seu sócio, RONALDO, não fazem parte de nenhum “cartel”, “grupo”, etc.

Observa-se que a gravíssima representação busca desenhar uma rede ou grupo de empresas mas sequer entra no mérito de que houve a
Rua Germano Torres, n. 166, sala 208, Carmo Sion, CEP 30.310-040 – Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 2520-2616 – e-mail: atendimento@lxdadvocacia.com.br

efetiva venda de produtos aos entes públicos, e que todo valor recebido se deu com a justa causa da relação decorrente do contrato público celebrado. É certo que a TRATORENZZO CUMPRIU OS CONTRATOS que celebrou com os diversos entes públicos, e todo e qualquer valor recebido foi decorrente de um produto efetivamente vendido e entregue, tudo conforme as notas fiscais anexas a esta peça de defesa.

Portanto, tem-se que a empresa e seu sócio são pessoas íntegras, idôneas a negociar com o Poder Público e concorrer em licitações.

1.2- OS INQUÉRITOS CIVIS ARQUIVADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – INCONSISTÊNCIA DAS DENÚNCIAS ANÔNIMAS

O parquet cita que a empresa TRATORENZZO e o RONALDO são alvos de investigações em outros Municípios, contudo, é omissos quanto ao fato de que GRANDE PARTE DOS INQUÉRITOS ABERTOS PELO PRÓPRIO MP já foram arquivados pelas próprias Promotorias de Justiça, dadas as inconsistências nas denúncias anônimas apresentadas.

A título de EXEMPLO, juntamos no ANEXO 1 os comunicados de arquivamento de diversos inquéritos civis abertos pelo Ministério Público Estadual, similares à presente representação, nos quais os Promotores responsáveis, por não verificarem a ocorrência de nenhuma das ilações contidas nas denúncias anônimas, resolveram arquivar os casos.

Citam-se os inquéritos MPMG-0394-16.000465-8 (Manhuaçu/MG); MPMG-0396.16.000052-9 (Mantena/MG); MPMG-0480.16.000607-2 (Patos de Minas/MG); MPMG-0348.16.000097-5 (Jacuí/MG); MPMG-0148.17.000077-9 (Lagoa Santa/MG); MPMG-0148.17.000075-3 (Lagoa Santa/MG); MPMG-0184.16.000135-2 (Conselheiro Pena/MG) MPMG-0471.16.000247-6 (Pará de Minas/MG), MPMG-0411.17.000118-3

(Matozinhos/MG) e MPMG-0223.16.00678-7 (Divinópolis), **TODOS ARQUIVADOS.**

Agora, somem-se aos acima o recente arquivamento realizado pelo Promotor da Comarca de Serro, em 04/12/2019 no MPMG-0671.19.000089-1, cuja a comunicação de arquivamento segue anexa.

Sabe-se que a existência de inquéritos civis não muda o status da empresa, ou de seu sócio, para “culpado”, dado o Princípio da Presunção de Inocência (art. 5º, LVII, da CF), contudo, **O PRÓPRIO MINISTÉRIO PÚBLICO JÁ SE MANIFESTOU DIVERSAS VEZES SOBRE O MESMO TEMA, ARQUIVANDO OS INQUÉRITOS ABERTOS PELA DENÚNCIA ANÔNIMA EM QUESTÃO.**

Qual a razão do Procurador de Justiça do Ministério Público de Contas responsável pela denúncia, Dr. Daniel de Carvalho Guimarães, não fazer menção às decisões de arquivamento promovidas por DIVERSOS Promotores de Justiça? A representação cita a “existência de investigações”, mas é omissa quanto ao desfecho das mesmas.

Todas as decisões de arquivamento possuem o mesmo sentido:

“Pela análise do contido na manifestação encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público, observo que o(a) manifestante narra os fatos de forma genérica, sem delimitação dos fatos no tempo e no espaço” (Dr. Reinaldo Pinto Lara – Promotor de Justiça - MPMG-0396.16.000052-9 – Mantena/MG)

“Denota-se, portanto, que as empresas participantes, ainda que sejam do mesmo proprietário, in casu, o Sr. Ronaldo Cordeiro Soares, não se enquadram em nenhuma das hipóteses impeditivas constantes do rol fixado pelo TCU,

motivo pelo qual não se vislumbra qualquer irregularidade na participação das empresas.

Além disso, em consulta realizada no site da Receita Federal, constatou-se que o Sr. Ronaldo Cordeiro Soares integra, unicamente, os quadros societários da empresa Tratorenzso Comércio e Serviços LTDA – EPP, sendo que não está arrolado como sócio da empresa Retengrol Comércio de Peças e Serviços EIRELI-EPP.” (Dra. Vanessa Dosualdo Freitas, Promotora de Justiça - MPMG-0480.16.000607-2 – Patos de Minas/MG)”

“In casu, a manifestação anônima, embora plausível, não se mostrou verídica quando investigada.” (Dra. Manuella de Oliveira Nunes Maranhão Ayres Ferreira, Promotora de Justiça, MPMG-0348.16.000097-5 - Jacuí/MG)

“Compulsando-se os autos, verifica-se que o referido Processo Licitatório transcorreu de acordo com a legalidade, sendo certo que, das empresas investigadas, somente a empresa Sitamar Auto Peças Ltda. participou do certame (fls. 276 e 363), não havendo que se falar na prática do crime tipificado no artigo 89 da Lei n. 8.666/93, bem como de dano ao erário, posto que o procedimento encontra-se dentro das normas da Lei de Licitação e que não há indícios de dolo ou inobservância de dever objetivo de ucidado, elementos subjetivos exigidos para a caracterização dos atos de improbidade previstos no art. 10 da Lei n. 8.429/92. (Dra. Mirella Giovanetti Vieira, Promotora de Justiça, MPMG-0148.17.000075-3 – Lagoa Santa/MG)

“Desse modo, a despeito dos graves indícios da prática reiterada de cartel pelas Representadas Retengrol Comércio de Peças e Serviços EIRELI EPP e Tratorenzso Comércio de Serviços Ltda. – revelados pela denúncia anônima e pela

sentença trabalhista juntada -, neste caso específico não houve indícios de ajuste efetivo de preços entre as referidas empresas nos procedimentos licitatórios realizados pelo município de Alvarenga/MG, e nem tampouco da participação ou anuência – dolosa ou culposa, omissiva ou comissiva – de qualquer agente público do Município de Alvarenga/MG (Dr. Stefano Naves Boglione, Promotor de Justiça, MPMG-0184.16.000135-2 - Conselheiro Pena/MG)

“Portanto, a suposta fraude ao caráter competitivo da licitação não restou demonstrada.” (Dra. Juliana Maria Ribeiro da Fonseca Salomão, Promotora de Justiça MPMG-0471.16.000247-6 – Pará de Minas/MG)

“Assim, colhidas as informações necessárias à formação da opinião ministerial, no sentido de se ajuizar eventual ação de ressarcimento/improbidade administrativa, ou mesmo de se promover o arquivamento do feito, seja pela inexistência de ilícito, pela cessação da situação de risco, ou pela impossibilidade de se dar continuidade às investigações, e de se tomar as providências cabíveis, ante a tramitação de processo continente que ainda está em trâmite, conclui-se que, no caso do presente feito, ocorreu esta última hipótese.

Nos termos do art. 9º, caput, da Lei n. 7.347/1985:

Art. 9º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

*Diante do exposto, o Ministério Público promove o **ARQUIVAMENTO** deste Inquérito Civil, nos termos do artigo*

9º da Lei n. 7.347/1985, e **DETERMINA** como providências finais:

1. A notificação dos interessados para conhecimento dessa promoção de arquivamento, e eventual interposição de recurso;
2. A remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo legal, a fim de que o arquivamento seja homologado, se assim for o entendimento da maioria da Douta Corte. (Dr. Mauro Renê Costa Filho – Promotor de Justiça MPMG – 0671.19.000089-1 – Serro/MG)

Ora, se todas as decisões de arquivamento de inquérito civil foram remetidas ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação e ciência das diversas promoções de arquivamento, qual a razão para o Procurador do Ministério Público de Contas não citá-las?

Se a existência de investigação preliminar, aos olhos do referido Procurador, é indício de irregularidade, qual a razão de não mencionar as inúmeras decisões de arquivamento prolatada em resposta às denúncias anônimas infundadas realizadas?

Dessa forma, esclarece-se que as empresas em questão são alvo de denúncias anônimas, e o Ministério Público, por diversos de seus ilustres Promotores de Justiça, resolveu não dar seguimento nos inquéritos abertos, até mesmo após investigação e diligências, o que contraria a presente representação.

1.3- DAS LICITAÇÕES ENVOLVENDO VENDA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS – SISTEMA DE DESCONTO SOBRE A TABELA DA FABRICANTE

Cumpra esclarecer que o sistema lógico de licitações envolvendo a venda de peças automotivas torna IMPOSSÍVEL a prática de “superfaturamento” ou “sobrepço” em licitações.

Pela representação ora respondida, verifica-se que o ilustre Procurador do Ministério Público de Contas demonstra desconhecer tal sistema, que é próprio deste nicho de mercado e conta com tabelas divulgadas pelos fabricantes aos revendedores de peças genuínas.

Sabe-se que os automóveis e máquinas automotivas possuem diferentes fabricantes: FIAT, RENAULT, VOLKSWAGEN, GM, NEW HOLLAND, etc. Cada fabricante possui um CATÁLOGO DE PEÇAS, contendo o CÓDIGO DA PEÇA, DESCRIÇÃO (nome da peça) e um VALOR DE VAREJO. Todos os revendedores de peças dispõem da MESMA TABELA, tabela essa que é de conhecimento do ENTE PÚBLICO, que faz a licitação por MAIOR DESCONTO SOBRE OS PREÇOS DAS PEÇAS DISPONIBILIZADOS PELA FABRICANTE.

A título de exemplo, junta-se um Catálogo de Peças Automotivas neste esclarecimento, o de peças de veículos pesados da Volkswagen de Junho de 2014. (**ANEXO 2**). As tabelas variam conforme a montadora e o período, mas são válidas para todos os revendedores.

Em suma, **o critério de julgamento das licitações para venda de peças automotivas é o MAIOR DESCONTO sobre o VALOR DA PEÇA que é PRÉ-FIXADO pelas FABRICANTES DOS VEÍCULOS**. Com bom relacionamento e comprando um volume maior de peças, as revendedoras conseguem revender as peças COM DESCONTO SOBRE O VALOR ESTABELECIDO NAS TABELAS. Daí as empresas competem, entre si, em licitação, para disputar QUEM CONSEGUE DAR O MAIOR DESCONTO para um determinado ente público.

Portanto, **É IMPOSSÍVEL haver sobrepreço ou superfaturamento nesse tipo de licitação, vez que as fabricantes FIXAM os valores ao mercado, e os revendedores de cada categoria de veículo e “marca” ficam restritos às tabelas.** Os próprios entes públicos, nas fases internas das licitações, consultam as referidas tabelas para certificarem os “valores bases”, dos quais incidiram os descontos.

Dessa forma, **conclui-se que é tecnicamente IMPOSSÍVEL, por uma questão lógica, haver danos ao erário nesse tipo de licitação** (*dai a impossibilidade do Ilmo. Procurador de Justiça em “inventar” um método para se estipular o dano ao erário, utilizando-se de enorme esforço e criatividade jurídica, dada a inexistência de qualquer indício de prejuízo por sobrepreço / superfaturamento*). **Em todo caso, o Ente Público adquirirá as peças automotivas com descontos, sempre em valor menor que o usual no mercado** (estabelecido por tabela da fabricante).

2 – DO DIREITO

Feitos os esclarecimentos acima, faz-se a análise do mérito do caso, demonstrando-se a inépcia e manifesta improcedência da representação apresentada pelo Ministério Público de Contas.

2.1– DA INÉPCIA DA REPRESENTAÇÃO – AUSÊNCIA DE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE

Em âmbito deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tem-se que as representações devem conter os requisitos mínimos aplicáveis às denúncias, nos termos do art. 311 do seu Regimento Interno (Resolução 12/2008).

São requisitos básicos de admissibilidade da representação (e da denúncia) os itens dispostos no §1º do art. 301, quais sejam:

I - referir-se à matéria de competência do Tribunal;

II - ser redigida com clareza;

III - conter o nome completo, a qualificação, cópia do documento de identidade e do

Cadastro de Pessoa Física e o endereço completo do denunciante;

IV - conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;

V - indicar as provas que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado.

Entretanto, não estão presentes na representação ora respondida quaisquer elementos que apontem DANO AO ERÁRIO, o que está implícito no supracitado inciso IV. O dano ao erário é uma informação de FATO que deve estar objetivamente presente na representação apresentada junto ao Tribunal de Contas do Estado, por óbvio. Qual foi o prejuízo aos cofres públicos?

O Procurador representante chega a confessar que inexistem tais informações nos seus próprios termos:

“Considerando a ausência de parâmetros efetivos que permitam qualificar o dano ao erário, no caso relatado nesta Representação, deve-se optar pela fixação de outro parâmetro, também previsto em lei. (...)”

Pela leitura da representação, é IMPOSSÍVEL se falar em qualquer dano ao erário. O que ocorre é que efetivamente foram adquiridas pelo município as peças e prestados os serviços, não havendo qualquer irregularidade na prestação de serviços / fornecimento de produtos ao ente público.

Ora, se a própria representação não possui nenhum elemento ou parâmetro para demonstração de dano ao erário, a referida se encontra inepta, e sequer poderia ter sido recebida.

Trata-se de uma representação manifestamente inepta, que jamais poderia lograr êxito, vez que inexiste apontamento do *quantum* de prejuízo causado pela supostas irregularidades (que sequer possuem indícios).

Tal situação, vê-se confessa mais uma vez por parte do Ministério Público de Contas, quando o mesmo se vê obrigado a realizar um ADITAMENTO a uma de suas representações, no Processo nº 1.077.257/2018, a qual segue anexa, onde reconhecida a impossibilidade de provimento da tese “*Do dano ao erário presumido (in re ipsa) decorrente da frustração da licitude dos procedimentos licitatórios*, tanto que pedido o afastamento da tese do MPC (Ministério Público de Contas).

2.2- INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE QUANTO ÀS LICITAÇÕES CITADAS NA REPRESENTAÇÃO

Conforme consta na peça inaugural, a empresa TRATORENZZO foi arrolada na presente representação em razão de ter sido vencedora da seguinte licitação em Piracema/MG:

NÚMERO DA LICITAÇÃO	TIPO DA LICITAÇÃO
007/2017	Pregão Presencial

Pela representação, o Procurador supõe que a empresa TRATORENZZO atuava ilegalmente em “grupo”, vez que, supostamente, o seu sócio, RONALDO, é um “sócio oculto” em outras empresas. Contudo, mesmo se as suposições do Ministério Público fossem verdadeiras, NÃO HAVERIA QUALQUER ILÍCITO.

Vale salientar que a legislação não impede que empresas com o mesmo sócio concorram em licitações do tipo “Pregão”. Pelo entendimento estabelecido pelo acórdão 297/2009 do Plenário do TCU, reiterado pelo acórdão 2341/2011, **as únicas modalidades de contratação pública que não permitem a participação de empresas com sócio em comum são: CONVITE, CONTRATAÇÃO POR DISPENSA, ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO C/C EXECUÇÃO; e FISCALIZAÇÃO DE OUTRA EMPRESA CONTRATADA.**

Nos dizeres do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão 297/2009 do Plenário do TCU), há um rol taxativo de modalidades de contratação pública que torna irregular a participação de empresas do mesmo grupo:

3.5. Do exposto, temos que a legislação que regula a realização de procedimentos licitatórios não veda explicitamente a participação de empresas com sócios em comum. Todavia, este Tribunal já considerou irregular a participação de empresas com sócios comuns em licitações nos seguintes casos:

- a) quando da realização de convites;
- b) quando da contratação por dispensa de licitação;

- c) *quando existe relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo;*
- d) *quando uma empresa é contratada para fiscalizar o serviço prestado por outra, cujos sócios sejam os mesmos’.*

Dessa forma, considerando que as licitações em questão não estão dentro do rol taxativo estabelecido pelo TCU que vedam a participação de empresas do mesmo grupo, na absurda hipótese da existência do grupo de empresas dos quais RONALDO supostamente é “sócio oculto”, inexistiria qualquer irregularidade nas licitações citadas na representação, diferentemente do que erroneamente afirma o Procurador.

Tal entendimento foi adotado pelo próprio Ministério Público, quando do arquivamento dos inquéritos civis MPMG-0480.16.000607-2 movido em face da TRATORENZZO e de RONALDO, conforme relatório da Ilma.. Promotora de Justiça Dra. Vanessa Dosualdo Freitas (*vide ANEXO 1 desta resposta*).

Dessa forma, **deve ser rejeitada e arquivada a presente representação por ausência de indícios de irregularidade.**

2.3– DA AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO

Conforme já exposto no tópico 2.1. destes esclarecimentos, a representação ora respondida é inepta e sequer poderia ter sido admitida por este Tribunal de Contas, vez que sequer aponta, de forma objetiva, qualquer dano ao erário.

Sobre o suposto dano, a própria representação alega que inexistente parâmetro fático para a sua apuração, tendo que buscar um parâmetro

com uma enorme criatividade jurídica. Dessa forma, **resta claro e manifesto que INEXISTIU QUALQUER DANO AO ERÁRIO.**

A criativa fórmula matemática criada pelo Ministério Público de Contas na ausência de prejuízo real ao erário é nefasta, injusta e ilegal. O Procurador autor da representação ora respondida ignora completamente a presunção de inocência (garantia constitucional), mas se vale da presunção de lucro pela alíquota do Lucro Presumido da atividade objeto das licitações (norma tributária contábil). Incoerente. *Data máxima venia*, é lamentável a perversidade e incoerência do Ministério Público no presente caso, o suposto “fiscal da lei” faz uma interpretação nefasta do ordenamento jurídico, o que deve ser afastado por este TCE.

Vale salientar que a TRATORENZZO, enquanto empresa, não é tributada pelo LUCRO PRESUMIDO, portanto, a pífia fórmula matemática inventada pelo Procurador Dr. Daniel de Carvalho Guimarães neste caso (*aplicação do percentual de 32% sobre o valor recebido pelos contratos decorrentes das licitações noticiadas*) jamais poderia ser aplicada à TRATORENZZO COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP ou a seu sócio.

Aliás, conforme exposto na parte fática destes esclarecimentos (**item 1.3**), é IMPOSSÍVEL HAVER DANO AO ERÁRIO NO SISTEMA DE COMPRAS DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, uma vez que as licitações são, via de regra, JULGADAS PELO CRITÉRIO DO MAIOR DESCONTO nos preços tabelados pelas fábricas dos veículos em questão. Por uma questão lógica, presume-se que inexistente qualquer prejuízo ao erário até mesmo no menor dos descontos (o que não é o caso).

As empresas concedem descontos muito elevados, de forma a conceder o preço mais vantajoso ao município, sendo portanto visível que

em verdade o erário é preservado de qualquer prejuízo, especialmente porque são mesmo os produtos entregues e os serviços prestados.

Ilmos. Srs. Membros deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – aqui se destaca – **no Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil, regulado pela Constituição Federal de 1988, a CULPA não pode ser presumida, o DANO AO ERÁRIO não pode ser presumido – trata-se do princípio basilar da PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, do DEVIDO PROCESSO LEGAL.** Se este Tribunal de Contas contrariar os princípios constitucionais basilares, estará sendo não apenas inconstitucional, mas antijurídico.

Dessa forma, se a própria representação está baseada no conceito de “dano presumido”, tem-se que inexiste qualquer dano ao erário. Ademais, sendo as licitações precedidas de EDITAL, qualquer empresa tecnicamente apta poderia disputar, não havendo nenhum dano ou prejuízo à concorrência.

Data máxima *venia*, o único dano ao erário que se verifica neste caso é justamente o presente processo, que indevidamente toma a atenção e o serviço dos serventuários e profissionais deste já atarefado Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas. Deve o presente caso ser arquivado.

Tal entendimento foi acompanhado pelo Plenário do E. TCE-MG, conforme o mencionado ADITAMENTO realizado pelo MPC em anexo. Vejamos:

“10. Contudo, na Sessão da Segunda Câmara de **05/03/2020**, na apreciação da Representação nº 1.071.4652, foi aprovado à unanimidade o voto do Conselheiro Relator Adonias Monteiro que afastou a tese do dano presumido.

11. Na ocasião, Sua Excelência apontou que a restituição de valores exigia a comprovação de inexecução do objeto contratado ou de superfaturamento. Também foi destacado que, em decisão proferida em 13/08/2019, o Superior Tribunal de Justiça esclareceu a questão envolvendo a presunção de dano ao erário e o seu ressarcimento, e deliberou que a aplicação do disposto nos arts. 10, VIII, e 21, I, da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa se **restringiria ao juízo de configuração do ato de improbidade administrativa, por ausência de regular procedimento licitatório**:

V - Diante da necessidade de interpretação sistemática dos dispositivos da Lei n. 8.429/1992 e de harmonização da jurisprudência desta Corte, impende entender-se que **a presunção de dano ao erário restringe-se ao juízo de configuração do ato de improbidade administrativa por ausência de regular procedimento licitatório**, previsto no art. 10, VIII, desse diploma legal, não abrangendo a imposição da obrigação de ressarcimento ao erário, que, nos termos do art. 21, I, dessa lei, pressupõe a demonstração de efetivo prejuízo patrimonial, ainda que a apuração do seu exato valor seja feita na fase de execução.

VI - A aplicação de multa civil com lastro no art. 12, II da Lei n. 8.429/1992 depende da demonstração da existência de efetivo dano ao erário, por ser este o seu parâmetro para fixação na hipótese de condenação promovida nos termos do art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa.

VII - Recurso Especial parcialmente conhecido e parcialmente provido.

12. Diante disso, com base nos argumentos trazidos no julgamento da Representação nº 1.071.465, especialmente no que tange à necessidade de configuração de ato de improbidade administrativa para a aplicação da tese do dano presumido, matéria não afeta aos Tribunais de Contas, revejo meu posicionamento inicial para afastar o pedido de ressarcimento ao erário.”

Portanto, não há como se acatar a tese apresentada pelo mesmo procurador que se viu obrigado a apresentar o ADITAMENTO supra transcrito.

2.4- DA INEXISTÊNCIA DE CARTEL / GRUPO DE EMPRESAS POR PARTE DE TRATORENZZO E RONALDO

Conforme já inicialmente ventilado, a TRATORENZZO é uma empresa que atua há muitos anos neste seguimento, possui o mesmo sócio e mesmo endereço físico. Se a realidade fosse distinta (e houvessem frequentes alterações no quadro de sócios ou endereço, por exemplo), também não existiria qualquer ilegalidade, é lícito a qualquer empresa proceder com as alterações que quiser.

O sócio da TRATORENZZO, o ora representado RONALDO, não compõe nenhuma outra empresa do mesmo ramo, nem mesmo a “RETENGROL COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI, conforme já relatado pelo Ministério Público em um dos diversos arquivamentos de inquérito civil já ocorrido:

Além disso, em consulta realizada no site da Receita Federal, constatou-se que o Sr. Ronaldo Cordeiro Soares integra, unicamente, os quadros societários da empresa Tratorenzso Comércio e Serviços LTDA – EPP, sendo que não está arrolado como sócio da empresa Retengrol Comércio de Peças e Serviços EIRELI-EPP.” (Dra. Vanessa Dosualdo Freitas, Promotora de Justiça - MPMG-0480.16.000607-2 – Patos de Minas/MG)”

Aliás, sendo a RETENGROL uma EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, sequer poderia existir qualquer outro sócio que não seja o seu titular, trata-se de impossibilidade jurídica.

Entretanto, no que pese não ter outra sociedade, conforme exposto no tópico 2.2., não seria ilícito ao representado RONALDO ter outras sociedades do mesmo seguimento, desde que não faça contratações vedadas pelo rol taxativo do TCU, o que não contempla pregões presenciais como aqueles objeto da presente representação.

Sendo assim, é certo que RONALDO poderia ser sócio de outras empresas, contudo, **não o é.**

Os elementos apontados pelo Ministério Público como “indícios da existência” de grupo são questões pontuais interpretadas de forma distorcida, presumindo-se a culpa dos envolvidos, o que é manifestamente inconstitucional – a presunção deve ser sempre de INOCÊNCIA e LICITUDE. Aqui, pontualmente, serão rechaçados os supostos elementos caracterizadores da suposta e fantasiosa existência de um “grupo de empresas”.

2.4.1 – SUPOSTO ELEMENTO CARACTERIZADOR DA EXISTÊNCIA DE “GRUPO DE EMPRESAS” - REPRESENTANTES E FUNCIONÁRIOS EM COMUM

A existência de “representantes DELEGADOS”¹ comuns, e eventualmente funcionários comuns às empresas (em épocas distintas, claro), apenas indicam uma realidade que o Procurador do Ministério Público não vive: o desemprego. Sabe-se que o desemprego atinge mais de 13 milhões de pessoas, por óbvio que as pessoas tendem a trabalhar nas áreas que possuem experiência, especialmente quanto aos nichos específicos como o de venda de peças automotivas.

O Procurador representante é ocupante de um importante cargo público, recebe seus vencimentos em dia, tem um emprego garantido amanhã, mas e o empregado que eventualmente trabalhou para uma determinada empresa em um pregão? Por óbvio que, quando da instabilidade comum da iniciativa privada, na hipótese de ser dispensado / demitido, pode seguir sua vida em uma outra empresa, pode até constituir sua própria empresa.

Chega a ser desumano “demonizar” as pessoas que trocam de empresa no mesmo seguimento e que atuam com licitações, especialmente em tempos de crise, com recordes de desemprego. Falta sensibilidade social e noção da realidade brasileira ao autor da representação ora respondida.

Outrossim, também é desumano não imaginar que tendo as pessoas atuado durante determinado período dentre deste nicho de mercado, não possam em um dado momento abrirem suas próprias empresas para prestar os mesmos serviços que eram objeto da sua

¹ O Procurador denomina como “representante legal” o representante por procuração, ou seja, representante DELEGADO. Trata-se de impropriedade técnica jurídica, aqui corrigida.

Rua Germano Torres, n. 166, sala 208, Carmo Sion, CEP 30.310-040 – Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 2520-2616 – e-mail: atendimento@lxdadvocacia.com.br

anterior empregadora. Mesmo porque a mencionada existência de ações trabalhistas contra as representadas, que foi utilizada também como indicio de prova, apenas revela a forma de capitalização dos ex-funcionários para adentrarem o mercado.

2.4.2 – SUPOSTO ELEMENTO CARACTERIZADOR DA EXISTÊNCIA DE “GRUPO DE EMPRESAS” – PARENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

Sócios de diferentes sociedades com qualquer grau de parentesco não tornam suas empresas coligadas ou pertencentes ao mesmo grupo. Tal entendimento é pacífico de todos os tribunais, inclusive até mesmo citado na representação, que deixa claro que a relação de parentesco entre os sócios de empresas não caracteriza grupo econômico e tampouco “conluio” em licitação).

“Ocorre que, segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 952/2018 – Plenário, Data da sessão 02/05/2018. Relator: Vital do Rêgo), a existência de relação de parentesco ou afinidade familiar entre os sócios das empresas licitantes não caracteriza, por si só, o conluio na licitação” (item 108 da Representação).

Sobre o suposto parentesco entre os sócios de diferentes sociedades do mesmo seguimento, inclusive licitantes, afasta-se a tese da representação por seus próprios dizeres.

2.5 – DO CERCEAMENTO DE DEFESA – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS MÍDIAS

Rua Germano Torres, n. 166, sala 208, Carmo Sion, CEP 30.310-040 – Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 2520-2616 – e-mail: atendimento@lxdadvocacia.com.br

Considerando que os representados, TRATORENZZO e RONALDO, não receberam nenhuma cópia das mídias citadas na representação e não tiveram a oportunidade de se manifestar sobre tais elementos, na absurda hipótese de prosseguimento desta infundada representação, faz-se necessário O FORNECIMENTO DAS CÓPIAS DAS MÍDIAS AOS PROCURADORES DOS ACUSADOS, bem como a restituição do prazo de resposta e esclarecimentos (prazo do art. 307 do Regimento Interno – 15 dias), sob pena de cerceamento do direito de defesa e nulidade deste processo, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal.

A obtenção de depoimentos unilaterais sem a presença destes advogados e a obtenção de mensagens eletrônicas sem qualquer ordem judicial ou anuência dos seus proprietários / responsáveis são provas nulas, que sequer podem ser apreciadas, dado o cerceamento de defesa.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esclarece-se a regularidade das condutas da TRATORENZZO e RONALDO, demonstrando-se a total improcedência das ilações contidas na representação ora respondida, impugnando-a *in totum*.

Sendo assim, pede-se:

- a)** A inadmissão e rejeição da presente representação, com seu imediato arquivamento, por ausência dos requisitos de admissibilidade, em especial a ausência de relato e quantificação do suposto dano ao erário.

- b)** Sendo admitida, pede-se a concessão / restituição do prazo de esclarecimentos, com o fornecimento das mídias e toda documentação citada aos advogados procuradores da empresa e pessoa representadas, para que se apresentem os novos esclarecimentos.
- c)** Caso admitida, e na absurda hipótese de se entender existentes indícios de irregularidade, pede-se a concessão do prazo para apresentação de defesa, nos termos do art. 307 do Regimento Interno.
- d)** Em todo caso, pede-se que não seja aplicada nenhuma multa, condenação ou sanção aos representados TRATORENZZO e RONALDO.

Pedem, ainda, **o cadastramento dos advogados LUIS HENRIQUE VASCONCELOS DA SILVA LETRA (OAB/MG 147.229) e RAFAEL FERNANDO ASSIS XAVIER (OAB/MG 138.761) neste processo, sob pena de nulidade dos atos praticados.**

Nestes termos,

pede deferimento.

Belo Horizonte, 14 de Julho de 2021.

Luís Henrique V. S. Letra
OAB/MG 147.229

Rafael F. A. Xavier
OAB/MG 138.761